



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Ecologia organizacional e teoria institucionalista: rumo a um modelo interativo

Organizational ecology and institutional theory: towards an interactive model

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes¹

RESUMO

No presente trabalho abordaremos sobre o processo de interação ambiental, utilizando em sua análise duas perspectivas distintas: ecologia organizacional e teoria institucionalista. No primeiro momento, o texto apresenta uma revisão bibliográfica sobre os dois construtos teóricos e em seguida será feita uma discussão de como a utilização dessas teorias podem contribuir para compreensão do fenômeno. Apesar das divergências entre as duas perspectivas, os autores, na revisão bibliográfica feita, concluem que elas são convergentes. A convergência entre as duas correntes teóricas ocorre quando reconhecem que o ambiente é a base central da sobrevivência organizacional. A ecologia organizacional vê as empresas em forma de população e que cabe ao ambiente selecionar as mais adaptadas. Já a perspectiva institucionalista enfatiza que as organizações são moldadas por aspectos subjetivos do ambiente. Portanto, para compreender o processo de sobrevivência organizacional e isomorfismo é preciso considerar as suposições das perspectivas já citadas.

Palavras-chave: *Ecologia Organizacional; Teoria Institucionalista; Isomorfismo Organizacional; Pressões ambientais.*

ABSTRACT

In the present work we will discuss the process of environmental interaction, using in its analysis two distinct perspectives: organizational ecology and institutional theory. In the first moment, the text presents a bibliographical revision on the two theoretical constructs and next will be made a discussion of how the use of these theories can contribute to understanding the phenomenon. Despite the divergences between the two perspectives, the authors, in the literature review, conclude that they are convergent. The convergence between the two theoretical currents occurs when they recognize that the environment is the central base of organizational survival. Organizational ecology sees companies as a population and it is up to the environment to select the most suitable ones. The institutionalist perspective emphasizes that organizations are shaped by subjective aspects of the environment. Therefore, to understand the process of organizational survival and isomorphism one must consider the assumptions of the perspectives already cited.

Keywords: *Organizational Ecology; Institutional Theory; Organizational Isomorphism; Environmental pressures.*

¹ UFPA – Universidade Federal do Pará, Bragança/PA – Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos séculos, as teorias do campo organizacional têm buscando cada vez mais estudar as organizações como sistemas abertos e sua interação com o ambiente. Quando concebidas sobre a ótica de sistemas abertos, os teóricos buscam compreender como o ambiente influencia no desempenho organizacional e como ocorre esse processo de interação ambiental nas organizações.

Implantadas em um ambiente com competição acirrada, no qual, a todo instante, surgem novas pressões e demandas ambientais para serem supridas, bem como o anseio de aumentar participação no mercado e disputar por recursos cada vez mais escassos, as organizações sofrem pressões ambientais que as forçam a realizar adaptações em um ritmo bastante acelerado. A preocupação das empresas em manter-se no mercado é constante, exigindo de seus gestores o conhecimento das pressões ambientais que levam as organizações a sobreviverem e competirem no mercado (MEDEIROS; PAIVA, 2012).

Assim, a ecologia organizacional busca compreender um conjunto de fatores que explicam o sucesso ou fracasso organizacional, considerando que as empresas são vistas sobre a perspectiva de população organizacional. Enquanto, a teoria institucionalista concebe que as empresas para conseguirem legitimação ambiental, precisam se adaptar as normas, valores, símbolos e grupos sociais que forçam as organizações a modificarem suas estruturas organizacionais.

Desse modo, o ponto de partida deste artigo é um ensaio teórico que busca a discussão comparativa das duas abordagens teóricas: ecologia organizacional e teoria institucionalista, bem como seu potencial de interação para explicação da sobrevivência organizacional. Apesar das duas correntes teóricas adotarem visões divergentes em sua base de análise, na revisão bibliográfica pode-se notar que elas se entrelaçam quando reconhecem que o ambiente é o principal agente de sobrevivência das empresas.

2. ECOLOGIA ORGANIZACIONAL

A ecologia organizacional ou ecologia populacional das organizações busca estudar a fenomenologia das empresas relacionada às populações organizacionais, tendo como escopo explicar o cenário político, econômico e social que impactam em um grande número de empresas (HOLZMANN, 2008). Hannan & Freeman (2005) conceituam ecologia organizacional como um conjunto de empresas com atividades e padrões análogos na utilização de recursos.

Motta & Vasconcelos (2015) corroboram que a ecologia organizacional não tem como objetivo estudar as organizações de forma individualizada, pelo contrário, sua base de análise é um conjunto de empresas com padrões semelhantes que constituem uma população organizacional. Nessa conjuntura, a ecologia organizacional busca compreender a fenomenologia do ciclo evolucionário das empresas, ou seja, quais as condicionantes que são favoráveis para um tipo de população organizacional predominar em determinado ambiente e depois serem extintas.

Já Morgan (2002) ressalta que a metáfora da ecologia organizacional surge da teoria da evolução de Darwin, tendo como prerrogativa de investigação a população organizacional. O autor enfatiza que para as empresas sobreviverem necessitam de recursos, que por sua vez é escasso no ambiente;

selecionando desse modo as organizações mais adaptadas, explicando dessa forma o sucesso e fracasso das populações organizacionais.

Diante do exposto, Souza (2011) afirma que o principal objetivo da ecologia organizacional é estudar os limites do ambiente externo das organizações e alargar suas fronteiras, tendo como pressuposto o ambiente empresarial que cerca as empresas e sua influência na sobrevivência das instituições. Cunha (1999) ressalta que a ecologia organizacional visa estudar o que era ignorado pelas teorias tradicionais das organizações, isto é, as empresas passaram a ser consideradas como populações organizacionais.

Caldas & Cunha (2005); Martins e Bataglia (2010) corroboram que para a ecologia organizacional é o ambiente que molda a arquitetura organizacional e reconhecem que o processo de mudança deve ser examinado em nível de população organizacional. Segundo Astley e Van de Ven (2005) a ecologia organizacional tem como pressuposto básico a estruturação dos recursos no ambiente em forma de nicho, onde sua distribuição está relativamente sobre a prerrogativa da sociedade, não cabendo às organizações sua manipulação.

Diante do exposto, Palmaka (2011) destaca que a ecologia organizacional tem como ponto central a premissa da biologia para identificar as unidades de análise, contudo, diferente da biologia, a ecologia organizacional tem como modelo básico: membros, subunidades, organizações individuais, populações de organizações e comunidade. Assim, na ecologia organizacional o ambiente assume a prerrogativa principal de sobrevivência das organizações, haja vista, que cabe a ele selecionar as empresas que mais conseguiram alcançar o melhor desempenho organizacional e devem ser monitoradas (CALDAS; CUNHA, 2005; SILVA; HEBER, 2014).

No modelo básico da dinâmica da ecologia organizacional encontra-se: variação, seleção, retenção e competição (ANDRADE; AMBONI, 2011). Assim, Balsini, Silveira e Rambo (2005) corroboram que a dinâmica da ecologia organizacional contempla três estágios: o primeiro processo está relacionado às variações que ocorre no ambiente por qualquer motivo, seja de modo planejado, ou não; o segundo estágio compreende a seleção de algumas variações em relação a outras ou até mesmo eliminação de algumas variações; o terceiro processo envolve a retenção das variações que foram selecionadas, a retenção ocorre quando determinadas variações são preservadas pelo ambiente e replicadas.

Apesar desse processo dinâmico, os ecologistas organizacionais reconhecem que devido ao processo de institucionalização, as empresas são relativamente inflexíveis para atender as novas demandas do ambiente de forma rápida, pois, existe uma inércia estrutural que faz com que as organizações tenham dificuldades de mudança constante. Hannan & Freeman (2005); Medeiros e Paiva (2012) ressaltam que a inércia estrutural é entendida como as limitações de adaptação das organizações em relação às rápidas mudanças do ambiente e que quanto maior a inércia estrutural, menor a flexibilidade de adaptação organizacional, e possivelmente, aumenta as chances de aplicação da seleção natural (SANTOS, 2013).

Morgan (2002) afirma que as pressões inerciais fazem com que as organizações não consigam dar às respostas ágeis ao seu ambiente. Essas pressões inerciais incluem: especialização de equipamentos e pessoal; informações inadequadas aos gestores; política interna; história da organização; barreiras fiscais e legais; processo institucional e racionalidade coletiva (HANNAN; FREEMAN, 2005).

Para os ecologistas organizacionais o ambiente é composto em forma de nicho e o desenvolvimento organizacional depende da manutenção e crescimento dos seus nichos ecológicos do qual as organizações estão inseridas (HANNAN; FREEMAN, 2005; AUGUSTO, 2007). Similarmente, Caldas e Cunha (2005) ressaltam que o crescimento da população organizacional depende do seu nicho ecológico, conforme abordagem abaixo:

Apoiando-se na ideia de que as organizações competem por recursos escassos à sobrevivência, a teoria ecológica sugere que os limites ao crescimento das populações organizacionais são ditados pela capacidade de manutenção dos nichos ecológicos em que essas populações se inserem (CALDAS; CUNHA, 2005, p. 66).

Em síntese, a teoria da ecologia organizacional adota uma visão determinista e resalta que o ambiente exerce um papel crucial na sobrevivência das organizações e que cabe a ele selecionar as empresas que atenderem as novas variações ambientais de forma adequada e eficiente, não cabendo à organização qualquer tipo de influência sobre os recursos dos quais necessitam para sua manutenção e funcionamento no mercado.

3. TEORIA INSTITUCIONALISTA

A Teoria Institucional concebe ao ambiente a prerrogativa principal de um conjunto de fatores sociais baseado por empresas que ofertam produtos e serviços semelhantes. Contudo, essa interação requer mecanismo de regras de funcionamento, onde para isso as organizações precisam se conformar com essas imposições para alcançar legitimação e sobreviverem no mercado (MOTTA; VASCONCELOS, 2015). Andrade & Amboni (2011); Fernandes (2015) ressaltam que a teoria institucional procura compreender como a arquitetura empresarial e os processos existentes se legitimam, bem como as possíveis consequências resultantes do processo de institucionalização, considerando a influência das normas e grupos internos e externos.

A Teoria Institucional tem como base a perspectiva símbolo-interpretativo, na qual busca evidenciar a realidade organizacional. Assim, as empresas são vistas como um sistema diferenciado, sendo analisadas como alvo de procedimentos de valores da sociedade (TREVISAN, 2013). Desse modo, os estudos relacionados com a abordagem institucional buscam compreender a realidade organizacional, conforme destaca Rossetto e Rossetto (2005) a seguir:

A perspectiva institucional para o estudo das organizações pode ser tipificada como uma abordagem simbólica- interpretativa da realidade organizacional, apresentando uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, na qual é salientada a construção social da realidade organizacional (ROSSETTO; ROSSETO, 2005, p.5).

A semelhança entre as organizações e ambiente é a base central de análise na teoria institucional, pois, partem do pressuposto que as empresas estão encarniçadas no ambiente do qual retira e transmitem os modos adequados de ação, principalmente as de natureza estratégicas. Nesse sentido, o ambiente não é composto apenas por recursos como matéria-prima, pessoas, tecnologia, mas também, por símbolos, valores representados por misticismo, códigos de crenças e programas profissionais (DUARTE; TAVARES, 2012).

Diante do exposto, Motta e Vasconcelos (2015) ressaltam que as empresas necessitam de recursos para sobreviverem e para isso certos grupos desenvolvem práticas sociais, modo de agir, valores, crenças, comportamentos e estruturas que irão moldar o funcionamento e os recursos dos quais as

organizações precisam. Os autores destacam que esses padrões desenvolvidos pela sociedade vão moldando as empresas e sendo mantidos enquanto forem necessários para bom funcionamento e sobrevivência organizacional.

Fleck (2006) afirma que a institucionalização é decorrente de um processo de formação organizacional, onde a premissa básica é a compreensão das repostas dadas as pressões interna e externa. Segundo Motta & Vasconcelos (2015) o processo de institucionalização é alicerçado em três fatores: externalidade, objetividade e internalização. Esses fatores estão intrincados nas organizações e sociedade, haja vista, que as empresas são compostas por indivíduos, com os quais tem interação no seu dia-a-dia, porém, estes as consideram abstratas e acabam construindo o processo de objetividade da realidade organizacional.

Nesse sentido, as organizações são concebidas pela teoria institucional sobre dois atributos ambientais, conforme abordagem a seguir:

O ambiente técnico caracteriza-se pela troca de bens e serviços, enquanto o ambiente institucional conduz o estabelecimento e a difusão de normas de atuação, necessárias ao alcance da legitimidade organizacional. Deste modo, organizações submetidas a pressões do ambiente técnico e do ambiente institucional são avaliadas, respectivamente, pela eficiência e pela adequação às exigências sociais. (MACHADO-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999, p. 113).

Já Aguiar (2007); Duarte e Tavares (2012) corroboram que o processo de institucionalização apresenta condicionantes de normas sociais acolhidas pelas organizações com base nas observações de que as empresas não se desenvolvem apenas por questões dos grupos internos, mas também por valores e crenças da sociedade.

O estruturalismo organizacional surge a partir dos reflexos de valores e normas institucionais, considerando o processo de pressões ambientais que levam as organizações a tornarem-se isomórficas (SÁ; SOUZA, 2011). Segundo Duarte & Tavares (2012), a arquitetura institucional isomórfica age como regulamentação para os atores dentro da estrutura organizacional. Nesse sentido, o isomorfismo é o ponto legitimador das organizações no campo organizacional, dando assim, maior possibilidade de sobreviverem no mercado (AUGUSTO, 2007).

DiMaggio e Powell (2005) ressaltam que isomorfismo é o processo do qual uma população de organização procura se assemelhar a outra unidade organizacional que enfrenta situações ambientais análogas. Nesse mesmo sentido, Hannan & Freeman (2005, p.76) conceituam isomorfismo como "unidade que experimenta restrições que a forçam a se assemelhar as outras unidades com o mesmo conjunto de restrições".

Já Machado-da-silva & Vizeu (2007); Ribeiro (2009); Duarte e Tavares (2012) ressaltam que para a teoria institucional as organizações sofrem pressões ambientais formais ou informais e que o isomorfismo é o resultado das incertezas das empresas em relação à dependência de recursos do nicho do qual atua; sendo que essas pressões ambientais estão relacionadas ao isomorfismo coercitivo, mimético e normativo.

Diante do exposto, DiMaggio & Powell (2005) destacam três mecanismo de isomorfismo: isomorfismo coercitivo resultante de pressões formais e informais que uma organização exerce sobre outra da qual depende dela e pelos valores culturais da sociedade em que as empresas atuam; isomorfismo

mimético surge devido as incertezas e ambiguidade do ambiente, onde uma instituição replica as melhores práticas de outra; isomorfismo normativo é derivado do profissionalismo dos membros das organizações, constituído de um conjunto de normas e procedimentos limitados a determinada atividade.

Face ao exposto acima, a teoria institucional busca enfatizar os mecanismos de normas do ambiente e o processo histórico das empresas no intuito de compreender os cursos de ações da vida organizacional (ANDRADE; AMBONI, 2011). Assim, os construtos isomórficos coercitivos, normativos e miméticos geram um processo de institucionalização que regula qualquer tentativa de manifestação da organização em manipular o ambiente no decorrer do tempo (DUARTE; TAVARES, 2012).

Em síntese, a teoria institucional busca compreender a realidade da vida organizacional e que o ambiente é composto por um conjunto de valores, símbolos e normas regulamentadoras que moldam as ações e comportamento das organizações.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS TEORIAS ECOLOGIA ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONALISTA

As contribuições científicas que esses dois construtos teóricos tem ocasionado nos estudos das teorias organizacionais, são bastante relevantes, contudo, devido às constantes mudanças ambientais que afetam as organizações, utilizar apenas uma abordagem para examinar as diversas facetas organizacionais, não é suficiente para explicar o dinamismo ambiental que impactam as empresas. Nessa conjuntura, a preposição realizada, utiliza dois construtos teórico comparativo, identificando os atributos similares e divergentes dessas teorias, mas que também, constitui um modelo interativo e complementar entre si.

Tanto os ecologistas organizacionais e os teóricos da teoria institucional concebem ao ambiente a prerrogativa central da sobrevivência organizacional, pois, cabe ao ambiente à distribuição dos recursos escassos para as empresas e que o processo de adaptação estratégica depende das formas organizacionais aderentes as demandas ambientais (CALDAS; CUNHA, 2005; MARTINS; BATAGLIA, 2010; DUARTE; TAVARES, 2012).

Dessa forma, o processo institucional da dinâmica organizacional está relacionado à capacidade das organizações responderem de forma eficaz as pressões ambientais que surgirem no mercado (FLECK, 2006). Assim, o isomorfismo organizacional é concebido pelas duas abordagens teóricas, e que devido às incertezas do ambiente as organizações procuram assemelhar-se a outras organizações que enfrentam pressões ambientais análogas (HANNAN; FREEMAN, 2005; DIMAGGIO; POWEL, 2005).

Percebe-se que apesar das duas teorias reconhecerem o isomorfismo organizacional existente nas empresas, a divergência ocorre quando a ecologia organizacional dá ênfase ao isomorfismo competitivo, ou seja, a luta das populações organizacionais por recursos (matéria-prima, tecnologia, entre outros), enquanto a teoria institucionalista concebe o isomorfismo através das pressões ambientais relacionadas às normas, valores, cultura e grupos sociais (DIMAGGIO; POWELL, 2005; SÁ; SOUZA, 2011).

Contudo, quando a teoria institucionalista reconhece que o ambiente é composto por duas variáveis - técnica e institucional- e que a primeira está relacionada à forma de interação que as organizações

têm em atender as novas demandas do mercado, e que o ambiente institucional se caracteriza pelas normas regulamentadoras existentes que moldam as empresas. Assim, quando os institucionalistas concebem o ambiente técnico em sua base de análise, reconhecem o isomorfismo competitivo defendido pelos teóricos da ecologia organizacional (RIBEIRO, 2009).

Outro ponto de divergência entre as duas perspectivas, segundo Santos (2013) está na disputa por recursos, conforme abordagem abaixo:

Outra diferença refere-se à disputa pelos recursos: na abordagem ecológica, as organizações disputam os recursos, gerando variações pela utilização diferenciada dos mesmos. A partir daí, as empresas buscam estratégias para a sobrevivência, que resultam no isomorfismo ao ambiente. Na abordagem institucional, o isomorfismo pode acontecer, também, pela adoção da burocratização (SANTOS, 2013, p. 98).

Portanto, os teóricos institucionalistas defendem que os processos de isomorfismo organizacional estão relacionados a três mecanismos: coercitivo (por pressões exercidas de uma organização sobre outra, grupos sociais e Estado), mimético (incertezas ambientais que levam as empresas replicarem práticas organizacionais de outras) e normativo (mecanismo de padronização e profissionalização) (DIMAGGIO; POWEL, 2005; RIBEIRO, 2009; DUARTE; TAVARES, 2012).

Diante do exposto, os ecologistas organizacionais concebem o modelo de dinamismo do campo organizacional alicerçado nos atributos: variação (ações planejadas ou não que ocorre no ambiente); seleção (o ambiente seleciona as variações mais aderentes); retenção (o ambiente retém as variações que foram selecionadas e dissemina em toda a população organizacional) e competição (mecanismo que fazem as organizações competirem por recursos) (BALSINI; SILVEIRA; RAMBO, 2005).

Assim, as duas correntes teóricas adotam uma visão determinista e concebe ao ambiente a função principal de moldar as ações organizacionais, bem como o processo de legitimação das empresas e sua sobrevivência no mercado.

Nessa conjuntura, a ecologia organizacional busca estudar as empresas em forma de população organizacional e os fatores ambientais que levam determinados tipos de populações de empresas predominarem em alguns ambientes, tendo sucesso ou fracasso (HOLZMANN, 2008; MOTTA; VASCONCELOS, 2015). A teoria institucional tem como base de análise os fatores que levam as arquiteturas organizacionais e os processos se legitimarem, resultantes de uma possível consequência da institucionalização, considerando as pressões internas dos grupos sociais, assim como externas (ANDRADE; AMBONI, 2011; FERNANDES, 2015).

Em contrapartida, a teoria institucional dá ênfase à importância ambiental que vai além dos atributos objetivos, exemplos dos diversos recursos existentes no mercado. Essa corrente teórica incorpora aos ambientes dimensões intangíveis, estruturado por regras, valores, símbolos e rede grupais, modificando os modelos tradicionais de sobrevivência organizacional, relacionado às questões técnicas ou financeiras, adicionando às organizações a necessidade de adaptação às pressões normativas de apoio e legitimidade, haja vista, que são cruciais para a sobrevivência organizacional (RIBEIRO, 2009; DUARTE; TAVARES, 2012).

A teoria da ecologia organizacional concebe ao ambiente o conceito de nicho ecológico e que o desenvolvimento da população organizacional depende da capacidade do nicho em oferecer os

recursos necessários ao funcionamento e sobrevivência organizacional (HANNAN; FREEMAN, 2005; CALDAS; CUNHA, 2005; ASTLEY; VAN DE VEM, 2005; AUGUSTO, 2007).

Contudo, os dois construtos teóricos reconhecem que as populações organizacionais são dependentes dos recursos distribuídos nos nichos ecológicos e que sua sobrevivência depende da desenvoltura em captar esses recursos escassos que estão no ambiente (MACHADO-DA-SILVA; VIZEU, 2007).

Assim, devido o processo de institucionalização, as duas correntes teóricas reconhecem a inércia organizacional encarnizada nas organizações e que essa institucionalização faz com que as empresas encontrem dificuldades para atender as novas pressões ambientais (MORGAN, 2002; HANNAN; FREEMAN, 2005).

A teoria institucional reconhece as empresas em forma de população organizacional, quando adquirem formas organizacionais análogas na oferta de produtos ou serviços (DIMAGGIO; POWEL, 2005; HANNAN; FREEMAN, 2005). Contudo, a teoria da ecologia organizacional ignora as pressões ambientais exercidas pelos valores, símbolos e crenças da sociedade onde as empresas estão inseridas.

Face ao exposto, a inércia organizacional é adotada pelas duas correntes teóricas, devido ao processo de institucionalização das organizações, ou seja, as empresas ao adquirirem legitimidade tendem a terem dificuldades em atender as novas mudanças ambientais (ROSSETTO; ROSSETO, 2005; HANNAN; FREEMAN, 2005).

Enquanto a ecologia organizacional procura compreender os fatores de mercado que levam as organizações competir e sobreviver no mercado. A teoria institucional além de reconhecer que as empresas necessitam dos fatores de mercado para sua continuidade incorpora na sua base de análise fatores subjetivos de interpretação simbólicos (TREVISAN, 2013).

Nesse sentido, para as duas correntes teóricas o ambiente é composto por um conjunto (econômico, político, social, entre outros) de fatores que exercem pressões ambientais sobre as organizações, modificando suas estruturas para que assim consigam sobreviver e competir no mercado. Apesar das divergências nas bases de análise nas duas correntes teóricas, percebe-se que em alguns momentos os dois construtos teóricos interagem entre si, formando um modelo teórico capaz de uma possível explicação dos fenômenos ambientais que influenciam a arquitetura empresarial, fazendo que os mesmos adquiram formas organizacionais semelhantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pressões ambientais têm moldado a arquitetura empresarial, fazendo que o isomorfismo esteja cada vez mais presente nas organizações. Contudo, cabe ressaltar que o isolamento das duas perspectivas não é capaz de explicar as mudanças ambientais.

O ensaio teórico revisou as suposições da teoria da ecologia organizacional e teoria institucionalista, identificando a pujança de convergências entre as abordagens, fato este que enriquece ainda mais os estudos já construídos sobre os fatores ambientais. Apesar da visão divergente entre as duas abordagens, seu fio condutor de convergência é identificado quando elas reconhecem que o ambiente assume um papel aglutinador na sobrevivência e competição das empresas no campo organizacional.

Diante do exposto, quando se busca visões diferenciadas sobre os fatores que influenciam uma diversidade de organizações, cria-se a possibilidade da geração de diversos cenários de possíveis explicações da sobrevivência organizacional, fato este, que raramente seria admissível quando se usa uma única perspectiva como base de análise.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. Percepções de Pesquisadores sobre atividades cooperativas de P&D: uma Análise com Base na Teoria Institucional. **RAC**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 59 – 86, Out./ Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n4/a04v11n4.pdf>>. Acesso em: 05 março de 2015.

ANDRADE, R.; AMBONI, N. **Teoria geral da administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. de. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, Abr./Jun. 2005.

AUGUSTO, P. O. M. Estratégia e ambiente: contribuições da Teoria Institucional. In: XXXI EnAPAD, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

BALSINI, C. P. V.; SILVEIRA, R. B. d.; RAMBO, j. Desafios do terceiro setor: uma análise baseada na perspectiva institucional, dependência de recursos e ecologia das populações. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA – USP, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA – USP, 2005.

CALDAS, M. P.; CUNHA, M. P. e. Ecologistas e economistas organizacionais: o paradigma funcionalista em expansão no final do século XX. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 65 – 69, Jul./Set. 2005. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000300006.pdf>. Acesso em: 01 março 2015.

CUNHA, M. P. e. Ecologia organizacional: implicações para a gestão e algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 21 – 28, Out/Dez. 1999.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DUARTE, D. V.; TAVARES, B. Institucionalismo e determinações governamentais: evidências de isomorfismo em empresas de base tecnológica. In: EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governo, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2012.

FERNANDES, J. A. L. **Estratégias de cooperação e relações interorganizacionais no campo da cerveja artesanal brasileira**. UFPA, 2015.

FLECK, D. L. Institucionalização, sucesso e fracasso organizacional. In: EnANPAD, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

HANNAN, M. T; FREEMAN, J. Ecologia populacional das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, jul./Set. 2005.

HOLZMANN, P. F. **Evolução das franquadoras de serviços no Brasil**: um estudo das variáveis que influenciam a taxa de sobrevivência das empresas sob a ótica da Ecologia Organizacional. 2008. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; VIZEU, F. Análise institucional de práticas formais de estratégia. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 89 – 100, Out./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S003475902007000400008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 abril de 2015.

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Mudanças e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B.(Org.). **Administração contemporânea**: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, M. F. d. M.; BATAGLIA, W. A estratégia de especialização e vantagem competitiva em ambientes turbulentos sob a ótica da teoria ecológica. **Revista Acadêmica da FACE**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 42 – 50, Jan./ Jun. 2010.

MEDEIROS, L. d. C.; PAIVA, P. A. Ecologia populacional e escolhas estratégicas: uma proposta de convergência. In: XXXVI EnANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EOR191.pdf>. Acesso em: 10.04.2015.

MORGAN, G. **Imagens da organização**: edição executiva. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PALMAKA, R. P. Segmentação de empresas de serviços de informática: uma proposta de classificação baseada na teoria de Ecologia Organizacional. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 5, p. 12 – 35, 2011.

RIBEIRO, D. Estruturas organizacionais: a lente institucional contribui para a construção de um conceito sob um novo olhar? In: XXXIII EnANPAD, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE- Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, Jan./Jul. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a10>>. Acesso em: 10 abril de 2015.

SÁ, V. C. d.; SOUZA, R. S. d. O desenvolvimento na perspectiva institucional: Algumas reflexões sobre o processo de legitimação junto à sociedade. In: IPEA. **Anais...** I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo18.pdf>>. Acesso em: 07 marco de 2015.

SANTOS, A. C. M. Z. d. Evolução das organizações por meio das abordagens institucional, ecologia das organizações e equilíbrio pontuado. **Rev. Adm.** UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 91 – 102, Jan./ Mar. 2013.

SILVA, G.; HEBER, F. Ecologia organizacional e teoria de redes: uma análise contemporânea da formação de apls. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 88, Jan./Abr. 2014.

SOUZA, R. K. S. **Sobre (vivência) e mortalidade de pequenos negócios:** o caso de mercados varejistas potiguares. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/12185>>. Acesso em: 04 maio de 2015.

TREVISAN, M. **A ecologia industrial e as teorias de sistemas, institucional e da dependência de recursos a partir dos atores de um parque tecnológico.** 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.